

## **Redução de salário de servidores pode voltar ao texto da PEC Emergencial**

Após pressão e discordância de parlamentares, a proposta de emenda constitucional 186/19 (PEC Emergencial) voltará amanhã ao plenário do Senado para discussão. A expectativa é de votação na quarta-feira. Apesar de o relator Márcio Bittar (MDB-AC) ter retirado do parecer o item que previa a redução temporária de 25% do salário e jornada de servidores quando as despesas ultrapassarem 95% das receitas nos estados e municípios, essa medida ainda pode voltar ao texto por emenda. A ideia não está descartada por senadores.

O dispositivo também alcançava o funcionalismo federal. Neste caso, o gatilho seria acionado quando houvesse descumprimento da regra de ouro pela União.

A PEC Emergencial estabelece mecanismos para o ajuste fiscal na União e governos locais. E destrava a retomada do auxílio emergencial por meio de uma "cláusula de calamidade", que permite ao governo federal o pagamento do benefício à população em 2021, ainda em decorrência da crise que se agravou pela pandemia da covid-19.

A votação da proposta estava prevista para acontecer na última semana. Mas a inclusão no texto do dispositivo que extingue os investimentos obrigatórios na saúde e educação foi o principal motivo para adiar a análise. Sem consenso entre senadores, o presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), mudou a data para a proposta ser votada.

Após a polêmica, Bittar retirou do seu relatório os cortes nesses setores. Os gastos mínimos são previstos na Constituição. Na saúde, a União tem que investir, pelo menos, 13,2% das receitas com impostos. Já os estados e municípios devem aplicar 12% e 15% — respectivamente — das verbas provenientes de impostos e transferências diretas. Na educação, o piso é de 18% para o Executivo federal, e de 25% para governos estaduais e prefeituras.

Entre as medidas que seguem previstas no texto está a proibição de nova lei que garanta pagamento retroativo de despesas com pessoal. Assim, estão vetados concursos, mudança na estrutura de carreiras, criação de auxílios e gratificações a servidores civis e militares, empregados públicos, integrantes dos Poderes Judiciário e Legislativo, além dos membros do Ministério Público e Defensoria Pública.

## **Empregados (as) da Ebserh cobram respeito em Dia Nacional de Luta**

Hoje, 1º de março, trabalhadores (as) da Ebserh, em todo o Brasil, estão se mobilizando pelo avanço no processo de negociações do Acordo Coletivo (ACT) 2020/2021, que se arrasta há mais de um ano. Não bastasse o impasse, a empresa em total falta de respeito para com seus trabalhadores acena com reajuste zero nas cláusulas econômicas, e ainda quer mudar a aplicação da regra para o grau de insalubridade dos empregados, o que pode reduzir salários em até 27%. É lamentável que, em meio a

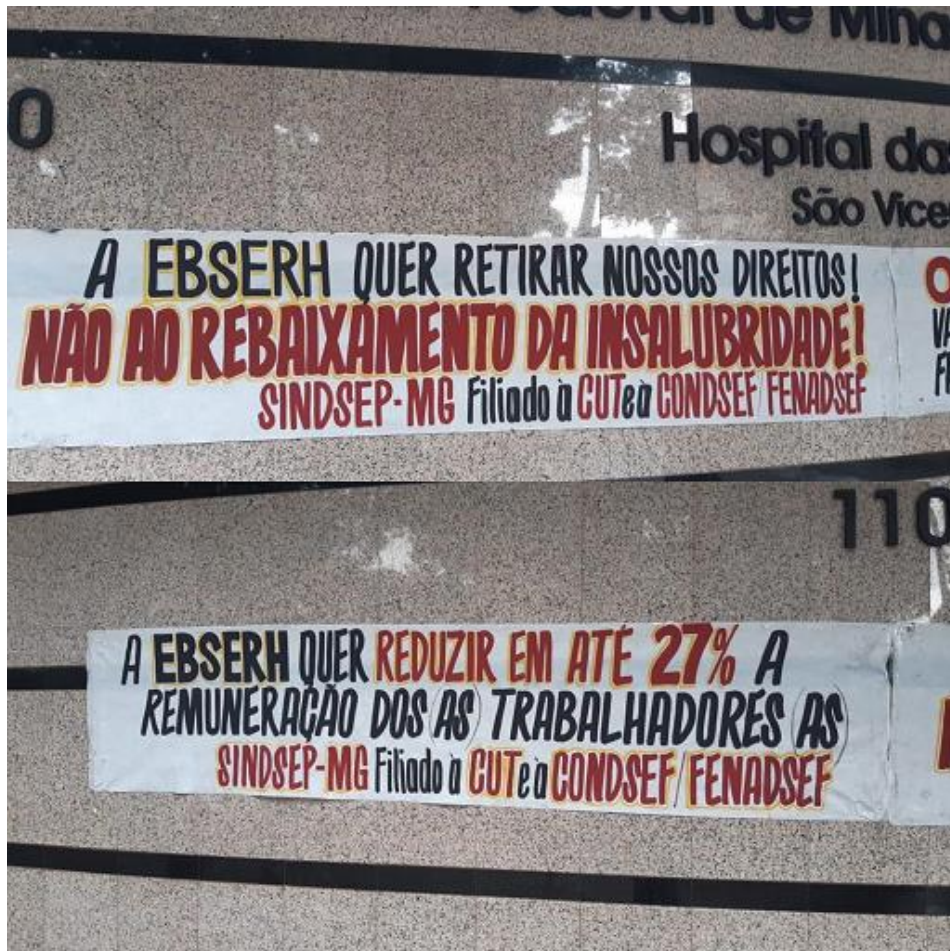
pandemia que já vitimou mais de 250 mil pessoas, a Ebserh queira impor a retirada de direitos aos (às) empregados (as) da Ebserh.

Nas unidades da Ebserh, em Juiz de Fora e Uberaba, houve manifestação em frente aos hospitais (HC-UFJF e HC-UFTM), sempre observando o protocolo de segurança. Em Belo Horizonte, a manifestação foi interna, mas faixas foram afixadas na portaria do Hospital das Clínicas (HC-UFMG).



Atividade em Juiz de Fora

Manifestação em Uberaba



Faixas afixadas na portaria do HC, em Belo Horizonte, denunciam a falta de respeito da Ebserh com seus trabalhadores.